

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.479 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2002

Sistema de cotas para negros é aprovado na Comissão de Justiça

Negros e pardos podem ganhar cotas em concursos públicos, universidades e contratos de crédito educativo pelos próximos 50 anos. Se for aceito em turno suplementar, projeto deve seguir direto para a Câmara dos Deputados



Fotos: Célio Azevedo e Roosevelt Pinheiro

Por unanimidade, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto que destina aos cidadãos que se declararem pardos e negros um mínimo de 20% das vagas nas universidades públicas e privadas, nos concursos públicos e nos contratos do crédito educativo. O projeto de lei do senador José Sarney, acolhido nos termos do substitutivo de Sebastião Rocha, deve ser votado em turno suplementar pela CCJ na próxima semana. Se receber aprovação e não houver recurso para que seja examinado em Plenário, vai direto para análise da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Corrupção de menor, crime hediondo

Projeto de Ramez Tebet aprovado pela CCJ inclui corrupção de menores na lista de crimes hediondos.



Roosevelt Pinheiro

Ramez Tebet diz que é preciso combater pedofilia com maior rigor

PÁGINA 5

Sob a presidência de Bernardo Cabral, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram o projeto de José Sarney (foto menor)

Taxa de iluminação pública urbana passa na CCJ

PÁGINA 4

Conselho de Comunicação Social deve ser votado até maio

Em reunião com líderes partidários, o presidente do Senado, Ramez Tebet, instituiu comissão para examinar o Conselho de Comunicação Social. Tebet prevê que a instalação do conselho seja votada até o início de maio.

PÁGINA 2



Gerardo Megela

No Plenário, o senador Arlindo Porto defende projeto de sua autoria sobre a criação de tribunais federais

Plenário acolhe criação de quatro tribunais

PÁGINA 7

Contratos sobre varredura em telefones podem ter investigação

O Tribunal de Contas da União deverá investigar contratos de órgãos federais com a Fence, que faz varredura de telefones para identificar possíveis "grampos". A decisão foi tomada pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

PÁGINA 7

Pesquisadores sugerem medidas para São Francisco

O professor e pesquisador Clóvis Eduardo de Souza Nascimento, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sugeriu, como medida para a revitalização do Rio São Francisco, a suspensão temporária de iniciativas que causam forte impacto ambiental ao rio, tais como a construção de barragens e hidrelétricas ou a implantação de grandes projetos de irrigação. As sugestões foram apresentadas ontem à comissão mista especial criada para tratar da revitalização do São Francisco.

O pesquisador também sugeriu a recomposição das matas ciliares, formadas por vegetação ribeirinha, cujas raízes ajudam a fixar o solo e evitam desmoronamentos. Elas representam uma defesa importante, pois funcionam como barreira que impede o assoreamento dos rios. No caso do São Francisco, Clóvis Nascimento destacou a importância da ingazeira para conservação das margens.

Ele observou que não existe uma metodologia única para a recomposição de matas ciliares. No entanto, ele sugeriu a realização de levantamento florístico, assim como o isolamento das áreas mais comprometidas e o cumprimento do Código Florestal.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A essas propostas, a outra convidada, a secretária municipal do Meio Ambiente de Lagoa da Prata (MG), Marília Queiroz Nogueira, acrescentou a importância da realização de campanhas de educação ambiental para esclarecer a população sobre a necessidade de recompor as matas ciliares.

Ela disse que, no alto São Francisco, nos últimos dez anos, foram plantadas mais de um milhão de mudas e cerca de 300 hectares de áreas marginais foram recompostas. No entanto, afirmou, o principal êxito do empreendimento foram os "resultados comportamentais, ou seja, a conscientização da população.

Conselho de Comunicação deverá ser votado até maio, prevê Tebet

Em reunião com líderes, presidente do Senado definiu grupo formado por Ricardo Santos, Carlos Wilson e Artur da Távola, para elaborar relatório sobre nomeação de conselheiros

O presidente do Senado, Ramez Tebet, decidiu ontem, durante reunião com líderes partidários, formar comissão para elaborar relatório sobre a nomeação do Conselho de Comunicação Social. O grupo é composto pelo presidente da Comissão de Educação (CE), Ricardo Santos (PSDB-ES); pelo primeiro-secretário da Mesa, Carlos Wilson (PTB-PE); e pelo líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ).

A previsão de Tebet é que a instalação do conselho seja votada até o início de maio, juntamente

com a proposta de emenda constitucional (PEC) que autoriza a entrada do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Se aprovadas, as duas matérias serão enviadas para apreciação dos deputados.

Segundo o líder do governo, existe consenso no sentido de que o conselho deve



Tebet, reunido com líderes, prevê votação do conselho junto com abertura do setor ao capital estrangeiro

“recuperar as finalidades para as quais foi criado pela Constituição,

Jane de Araújo

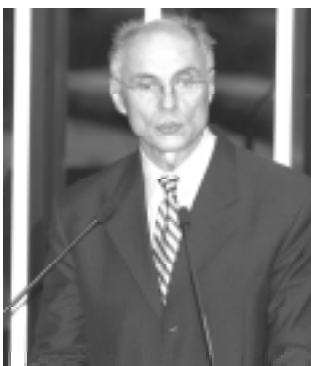
dando pareceres sobre renovação de concessões pelo Senado e orientação geral para a macropolítica de comunicação no Brasil”.

— Vamos preparar um modelo dentro do qual, segundo lei já aprovada, se fará a nomeação dos membros do conselho. A idéia predominante é que seja um conselho efetivamente representativo da comunicação, e não das corporações — explicou.

Terão assento no conselho representantes das empresas, dos profissionais de comunicação e também da sociedade civil.

Senado discute participação de capital estrangeiro

O Plenário do Senado começa a discutir hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é favorável à PEC — já acolhida pela Câmara — que permite a



Suplicy apóia a rápida tramitação da PEC do capital estrangeiro nas comunicações

propriedade de empresas de comunicação por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e abre a possibilidade de participação de até 30% de capital estrangeiro nessas empresas.

Pelo texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a responsabilidade editorial e de direção da programação será privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A proposta será submetida a dois turnos de votação.

Outro ponto da pauta é o projeto que garante às comunidades

remanescentes dos quilombos o direito à propriedade das terras que habitam, devidamente tituladas. Atualmente, essas comunidades só têm direito à ocupação das mesmas. O projeto abrange as terras ocupadas pelas comunidades afro-

descendentes devidamente reconhecidas por seus usos, costumes e tradições. São consideradas comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos de preponderância negra, identificáveis segundo categorias de autodefinição habitualmente designadas por “terras de preto”, “comunidades negras rurais”, “mocambos” ou “quilombos”.

Para o relator da matéria, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o projeto é de relevante alcance social, “já que objetiva preservar a história, a cultura, a luta e a

memória dos remanescentes dos quilombos e a sua grande contribuição para a formação da identidade nacional”.

CONSELHO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que assinou o requerimento em favor da rápida tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação social. Como contrapartida, teve a garantia de que, antes da votação da PEC em segundo turno, o presidente do Congresso Nacional irá designar e empossar os membros do Conselho de Comunicação Social.

Suplicy informou que, na reunião do presidente do Senado, Ramez Tebet, ontem, com líderes partidários, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), relator do capítulo da Comunicação Social na Assembleia Nacional Constituinte, fez uma exposição sobre a idéia de criação do conselho e a importância do órgão, que será auxiliar do Congresso Nacional.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe Louis Kuo Ruey Chou, representante de Taiwan

10h30 — Recebe os senadores Arlindo Porto e Francelino Pereira e o deputado Paulo Octávio

11h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 10/02, dispõe sobre o limite de comprometimento da receita líquida real do estado do Rio Grande do Sul, no contexto da implementação do contrato de que trata a Resolução nº 64/98, do Senado; PLC nº 9/02, acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977/95, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal; PLC nº 21/02, institui o Dia Nacional da Adoção; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do artigo 144 — guardas municipais); substitutivo da Câmara ao PLS nº 129/95, regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Segurança
Pauta: Leitura e votação do relatório final. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Cota para negros passa na Comissão de Justiça

O projeto de lei de José Sarney, com substitutivo de Sebastião Rocha, prevê uma destinação mínima de 20% de vagas em universidades e concursos públicos. As cotas serão definidas de acordo com a constituição étnica de cada estado

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) favorável ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui cotas para negros e pardos em concursos públicos, nas universidades e nos contratos de crédito educativo pelos próximos 50 anos. A matéria ainda deve ser votada em turno suplementar na próxima semana. Se for aprovada, a proposta segue direto para a Câmara dos Deputados – já que é terminativa –, caso não seja apresentado recurso à decisão da comissão, assinado por, pelo menos, nove senadores.

A proposta destina um mínimo de 20% das vagas nas universidades públicas e privadas, nos concursos públicos e nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) para pessoas que se decla-



Membros da CCJ foram unânimes na aprovação da proposta, que ainda será votada em turno suplementar na próxima semana

rarem negras ou pardas. Porém, o projeto determina que as cotas serão definidas em cada estado, de acordo com a constituição étnica da unidade federativa onde o órgão público ou instituição de ensino superior esteja localizado. Para evitar descompasso de de-

sempenho acadêmico entre estudantes negros e os demais, o substitutivo determina que as faculdades implantem sistemas de acompanhamento para os estudantes beneficiados pela proposta.

Sebastião Rocha também incluiu no projeto dispositivo pelo

qual os partidos políticos devem incentivar a candidatura de afro-descendentes a cargos eletivos. O substitutivo prevê ainda alteração na Lei de Licitações para que empresas que se comprometerem a contratar funcionários negros ou pardos tenham melhor pontuação em concorrências junto a órgãos públicos.

Rocha remeteu à regulamentação um dos pontos de maior controvérsia na proposta, que é a falta de objetividade na definição de uma pessoa como negra ou parda. Por falta de documentos oficiais que indiquem a classificação étnica ou a cor da pessoa, ele manteve a sugestão de Sarney de reservar vagas para pessoas que se declararem oficialmente, na inscrição para o vestibular ou para concurso, de cor preta ou parda.

Para que o país passe a ter do-

cumentos que atestem a etnia da pessoa, o relator sugere que volte a ser obrigatório o registro da cor da pessoa na certidão de nascimento e que os censos e pesquisas estatísticas de demografia também indiquem a cor dos entrevistados. As pessoas que assim desejarem poderão solicitar, gratuitamente, aos cartórios de registro civil, a alteração de suas certidões de nascimento, de acordo com a padronização de cores e características étnicas e culturais que deve constar de regulamentação posterior.

– Impõe-se à classe política subverter essa realidade iníqua, propondo e executando ações que garantam a cidadania, a dignidade e a promoção dos direitos humanos a todos os brasileiros, com destaque para os que se encontram à margem do desenvolvimento socioeconômico nacional – afirma Sebastião Rocha em seu parecer.

Sebastião Rocha comunica ao Plenário aprovação da matéria

O senador Sebastião Rocha comunicou ao Plenário a aprovação, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do substitutivo de sua autoria ao projeto do senador José Sarney que institui cotas para negros e pardos em concursos públicos,



Iniciativa irá estimular estudo entre jovens negros, diz Rocha

Roosevelt Pinheiro

universidades e nos contratos de crédito educativo. Ele acrescentou que a matéria deverá ser votada em turno suplementar na reunião da CCJ da próxima quarta-feira.

Como o projeto está tramitando na CCJ em caráter terminativo, se for aprovado na próxima semana, será encaminhado à Câmara para apreciação dos deputados, segundo explicou o senador. Ele também cumprimentou José Sarney pela iniciativa e fez agradecimentos especiais ao presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

“Ambos foram fundamentais na condução e apreciação do pro-

jeito no Senado”, afirmou.

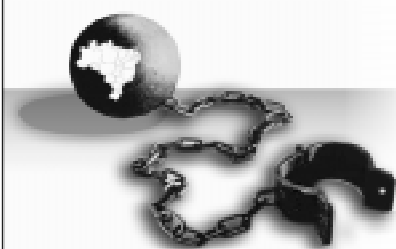
Na avaliação de Sebastião Rocha, o projeto não é uma panacéia que resolverá todos os problemas da população negra do Brasil. Mesmo assim, ele falou que a iniciativa deverá servir como estímulo para que as crianças e os

jovens negros se dediquem aos estudos. “Eles agora terão certeza que, conseguindo concluir o segundo grau, terão maior possibilidade de entrar na universidade ou se credenciar para ingressar no serviço público”, comentou.

Sebastião Rocha também comunicou aos demais senadores a aprovação na CCJ e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de proposta para realização de seminário que discutirá a clonagem humana no Brasil. Serão convidados cientistas, sociólogos, religiosos e outros estudiosos do assunto. O seminário ocorrerá no Auditório Petrônio Portella, nos dias 11 e 12 de junho.

O Brasil e a escravidão

O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão e o penúltimo a acabar com o tráfico de escravos africanos



O país foi o maior importador de escravos africanos da história, tendo recebido 40% dos cerca de 10 a 12 milhões de negros egressos da África. Esse percentual é maior que o dobro do segundo colocado na lista

O Brasil tem a segunda maior população de origem africana no mundo, ficando atrás apenas da Nigéria



Fonte: Roberto Borges Martins, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

A exclusão social dos negros em números

- ↑ O percentual de analfabetos entre os negros é **2,5** vezes maior que o percentual entre os brancos
- ↑ O percentual da população negra que completou **15** ou mais anos de estudo é **cinco** vezes menor que o percentual na população de brancos
- ↑ A escolaridade média dos brancos é cerca de **50%** superior à dos negros, o que explica o fato de a taxa de desemprego entre os negros ser maior que entre os brancos
- ↑ Os negros têm uma remuneração média cerca de **49%** inferior à dos brancos
- ↑ As taxas de mortalidade infantil, de gravidez precoce, de doenças e o número de vítimas de violência são maiores entre os negros

Fonte: Roberto Borges Martins, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Senado tem que ser consultado sobre operações de crédito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, por unanimidade, parecer do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) considerando ser de competência exclusiva do Senado a aprovação de operações de crédito interno e de concessão de aval da União para quaisquer entes da Federação e suas entidades. O parecer respondeu a consulta formulada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), através da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o relator, não há necessidade de edição de lei genérica autorizando o Executivo a contratar, em nome da União, operação de crédito interno e a conceder garantia em operação de crédito interno das entidades da administração federal indireta, bem como dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas entidades da administração indireta. Assim, Antonio Carlos Júnior fechou a possibilidade de que tais atos venham a ser praticados pelo Executivo sem consulta ao Senado. O parecer – qualificado como “brilhante” pelo senador José Fogaça (PPS-RS) – concluiu que “não pode o governo federal contratar operação de crédito ou conceder garantia sem estar amparado por autorização legislativa”.

Contabilidade do setor público deve ter novas normas

Na reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer do senador José Agripino (PFL-RN) favorável a proposta do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que institui normas gerais de contabilidade a serem adotadas por todo o setor público.

Nomeado relator substituto pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) leu o voto de José Agripino. De acordo com o parecer, o texto compatibiliza a linguagem da contabilidade governamental com os termos e conceitos correntes no mercado. Isso facilita a compreensão dos efeitos da gestão sobre o patrimônio público.

Segundo a proposta de Requião, constituem objeto da contabilidade governamental o patrimônio público e suas variações; o planejamento e a execução orçamentária e financeiros; e os vínculos atuais e contingentes da entidade pública.

Plenário vota PEC que cria taxa de iluminação pública

Proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania visa diminuir dificuldades dos municípios para manter serviços

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram relatório do senador Luiz Otávio (PPB-PA) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que permite a cobrança de taxas

para o financiamento dos serviços de iluminação pública urbana. A matéria, que foi rejeitada pelo Senado em dezembro passado e reapresentada este ano, será ainda examinada pelo Plenário.

– A proposta é oportuna e tem como objetivo resolver um problema que se tornou crucial para milhares de municípios, que enfrentam grandes dificuldades, tendo em vista o modelo tributário centralizador, em descompasso com a descentralização dos serviços preconizada – afirmou Luiz Otávio.

Segundo o senador, a situação das prefeituras ficou ainda mais “dramática” após a privatização de empresas do setor elétrico, o

que, além do aumento das tarifas, trouxe maior rigor na cobrança. Luiz Otávio argumenta que a solução prevista pela PEC é a que menos traz prejuízos à estrutura tributária nacional e utiliza o conceito de contribuições especiais.

A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ainda parecer favorável ao projeto que altera os critérios para preenchimento de vagas em cartórios. A proposta modifica a lei que regulamenta os serviços notariais e de registro, acabando com a exigência de realização de provas e de apresentação de títulos no caso de concursos de remoção, ou seja, para a transferência de titulares de cartórios já

concursados. A matéria, já aprovada pela Câmara, vai à análise do Plenário. Atualmente, dois terços das vagas existentes nos cartórios são preenchidas por pessoas aprovadas em concurso público de provas e títulos. O restante é reservado ao concurso de remoção, em que concorrem apenas os titulares de outro cartório de ofício por mais de dois anos. Porém a lei não faz distinção e determina a realização de provas, inclusive para os titulares de cartórios que já tenham passado pelas avaliações. O projeto corrige essa distorção e estabelece que serão realizadas apenas “provas de títulos” no caso de concursos de remoção, conforme o relator.

Como explica o parecer do senador Gerson Camata (PMDB-ES), “o notário ou registrador que se habilita ao concurso de remoção já é titular de delegação e dele não se exigirá prova de qualificação, pois já a tem”.



Romero Jucá apresentou a PEC que, segundo Luiz Otávio, pode resolver um problema grave para milhares de municípios

Proposta orçamentária pode incluir informações sobre obras inacabadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o tratamento que os governantes devem dispensar às obras inacabadas na elaboração e execução orçamentárias. A proposta original, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), impedia o abandono de obras já iniciadas por um governo na esfera federal, estadual ou municipal. Requião entendeu, contudo, que um governo pode abandonar uma obra com a qual não concorde, desde que se explique e cumpra certas exigências legais.

O substitutivo de Requião determina que o projeto de lei orçamentária deverá ser acompanhado de demonstrativo das obras públicas iniciadas e inconclusas ou cujo in-

cio esteja sendo proposto, com as seguintes informações: o cronograma de execução físico-financeira, inclusive o prazo previsto de conclusão; a relação das obras cuja execução se encontra interrompida no exercício em curso ou para as quais não haja previsão de dotações no projeto de lei orçamentária, indicando as razões dessa condição; e estimativa, em base anual, das despesas de conservação ou manutenção associadas aos ativos resultantes das obras.

Ao analisar o assunto no seu parecer, Requião posicionou-se contra decisões que obrigassem um go-

verno a concluir qualquer obra iniciada. Ele argumentou, ao contrário, que “todas as decisões, por princípio, sujeitam-se a revisões, sejam elas relativas ao início ou à conclusão de obras públicas. Em muitas oportunidades, a melhor decisão, ou a possível, poderá residir na suspensão temporária de obras que, provavelmente, nunca deveriam ou poderiam ter sido iniciadas”.



Proposta de Pedro Simon foi aprovada na forma de substitutivo apresentado por Roberto Requião



Max Hoertel foi indicado pelo presidente da República para o Superior Tribunal Militar

Comissão acolhe indicação de general para STM

Após uma sabatina de aproximadamente 30 minutos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou por unanimidade, em votação secreta, parecer favorável do relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), à mensagem do presidente da República indicando o general Max Hoertel para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar na vaga criada em decorrência da aposentadoria do general José Enaldo Rodrigues de Siqueira.

O general Hoertel, de 65 anos, segundo súmula de seu currículo lida pelo senador Maguito Vilela, está no Exército há 48 anos. Em palestra dirigida aos senadores, Hoertel exaltou a necessidade de fortalecimento das instituições para o aperfeiçoamento da democracia no país. Durante a sabatina, o general foi questionado pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Luiz Otávio (PPB-PA). A mensagem do presidente seguirá para exame do Plenário, onde também passará por votação secreta.

Extinção do voto simbólico vai ao Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de resolução do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que extingue o processo simbólico de votação, previsto no Regimento Interno do Senado Federal. A proposta, segundo Requião, visa à aplicação do voto nominal a todas as matérias submetidas à deliberação do Plenário, mediante o registro eletrônico dos votos.

Para o senador, o fim do voto simbólico dará maior transparência aos trabalhos do Senado, porque a sociedade terá o devido conhecimento de todos os votos dados por cada parlamentar. O projeto segue agora para apreciação do Plenário do Senado.

CCJ considera crime hediondo a corrupção de menor

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça aumenta a pena para atividades como a produção de material fotográfico com crianças e adolescentes em cenas de sexo. A proposta será agora analisada pela Câmara dos Deputados

Novos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes poderão ser incluídos no rol dos delitos hediondos, de acordo com substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que tramita em conjunto com outros dois projetos sobre o mesmo assunto, de autoria dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

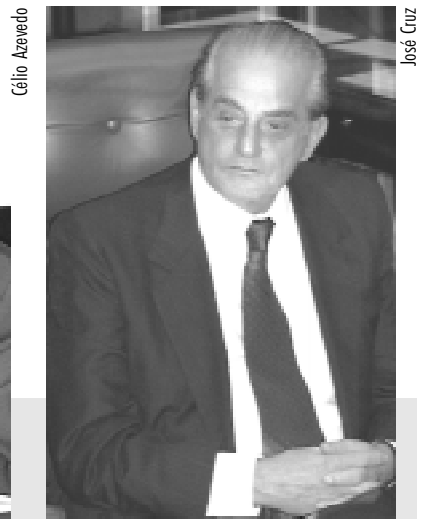
O projeto inclui na lista dos crimes hediondos a corrupção de

menores. Quem produzir, dirigir ou contracenar, com menores, em representação teatral, televisiva ou cinematográfica em cena de sexo explícito ou pornográfico também estará cometendo crime hediondo. O projeto considera crime hediondo fotografar ou publicar cenas de sexo explícito ou pornográfico com menores. No substitutivo apresentado por Romeu Tuma, as penas para esses crimes passam de dois para seis anos de reclusão, tomando por base o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ramez Tebet ressaltou que alguns crimes sexuais contra crianças e adolescentes, como es-

tupro e atentado violento ao pudor, com violência presumida, já são considerados hediondos. Mas entende ser necessário combater a pedofilia com maior rigor, razão pela qual apresentou o projeto.

Para Ramez Tebet, o projeto tem por finalidade somar esforços à articulação nacional e internacional "no sentido de dar um basta aos horrores da exploração sexual de milhares de crianças e adolescentes que vivem o drama de terem suas vidas profundamente marcadas e seu futuro comprometido por ação nefasta de pessoas que não merecem nenhuma complacência da sociedade".

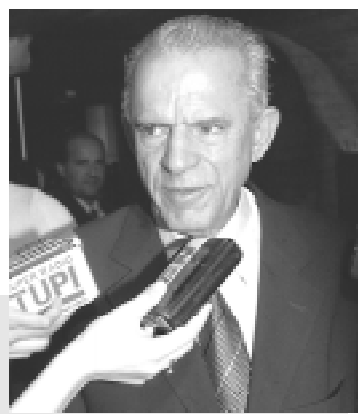


Romeu Tuma apresentou substitutivo ao projeto de Ramez Tebet que inclui novos crimes contra menores na lista dos considerados hediondos

Aprovado projeto contra violência doméstica

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto da deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO) que permite ao juiz, em caso de crime caracterizado por violência doméstica, determinar ao agressor que se afaste do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, antes da conciliação ou do julgamento final do processo. O projeto acrescenta dispositivo à lei que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O relator da matéria, senador Iris Rezende (PMDB-GO), obser-



Iris Rezende: objetivo da proposta é proteger a vida de quem esteja sendo vítima da agressão doméstica

vou que a proposta é relevante, pois objetiva proteger a integridade física ou a própria vida do companheiro, companheira ou filhos que estejam sofrendo violência doméstica.

— A medida cautelar vem em boa hora, pois não é mais possível permitir que antes mesmo da conclusão do processo os agressores retornem ao convívio doméstico e dêem continuidade aos atos de violência — observou Iris Rezende.

O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, vai agora a Plenário.

Comissão de Segurança define hoje relatório final

Deputados e senadores da Comissão Mista de Segurança Pública reúnem-se hoje, a partir das 10h, para definir o texto final do relatório da comissão, previamente aprovado na terça-feira. Faltam ser acrescentados textos revisados de algumas das 23 propostas aprovadas nos 60 dias de trabalho da comissão, especialmente as deliberadas por último. A comissão votou o relatório com algumas lacunas a serem preenchidas, em virtude do término de seu prazo de funcionamento.

Os sete sub-relatores e o relator-geral da comissão se reuniram ontem para iniciar a análise da redação do relatório final.

— Vamos ter muito cuidado na consolidação do texto final. Meu compromisso total é manter o que foi aprovado no plenário da comissão. Para evitar dúvidas, vou pedir que as notas taquigráficas das últimas reuniões fiquem dis-



Integrantes da Comissão Mista de Segurança Pública reuniram-se ontem para dar início à análise da redação do relatório final

poníveis aos deputados e senadores na reunião. Agora, qualquer modificação de entendimento ou interpretação tem que ser feita por unanimidade — afirmou o relator-geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE).

Do relatório constarão as 23 proposições aprovadas, entre elas

as que promovem modificações substanciais no Código de Processo Penal, com o objetivo de reduzir o número de recursos e a duração dos processos criminais. A comissão também decidiu punir mais rigorosamente os crimes de grande potencial ofensivo, tráfico de armas e narcotráfico.

Seminário em junho discutirá clonagem de seres humanos

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) vão realizar, em conjunto, seminário com representantes do governo e cientistas para discutir a clonagem de seres e órgãos humanos.

A realização do debate está previsto em requerimento de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) aprovado ontem pelas comissões.

O assunto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Os presidentes da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), determinarão providências para realização do seminário, que deverá ocorrer nos dias 11 e 12 de junho.

CONTENCIOSO

Durante a reunião da CCJ, o senador Roberto Freire (PPS-PE) insistiu na adoção de providências, inclusive na composição da subcomissão encarregada de organizar o seminário, capazes de garantir o contencioso na discussão sobre a clonagem.

Os senadores Bernardo Cabral e Sebastião Rocha procuraram tranquilizá-lo. A sub-

comissão que organizará o seminário deverá ser formada pelos senadores Leomar Quintanilha (PFL-TO), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Tião Viana (PT-AC), além do autor do requerimento.

PNEUS

Em sua reunião de ontem, a CCJ decidiu também conceder vista, para o senador Luiz Otávio (PPB-PA), do projeto de lei de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que susta portaria da Secretaria de Comércio Exterior que proibiu a importação de pneus recauchutados e usados, seja como bens de consumo ou como matéria-prima.

A portaria, de acordo com Roberto Requião, é inconsistente, e na prática já foi neutralizada por decisão judicial para dirimir questões levantadas no âmbito do Mercosul.

O senador destacou ainda que, se o assunto for levado à esfera da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil também seria mais uma vez derrotado. A portaria, segundo disse, prejudica investimentos no estado do Paraná.

Relator do projeto, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), contudo, manteve seu parecer contrário à proposta de Roberto Requião, que deve voltar a ser examinada pela CCJ na próxima reunião.

Comissão exibirá trecho do filme "De Nonô a JK"

Mostra de cinco minutos ocorrerá na terça-feira, marcando o início das comemorações do centenário de nascimento de Juscelino

O senador Arlindo Porto (PTB-MG), vice-presidente da comissão mista especial criada para preparar os atos de comemoração ao centenário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, anunciou a apresentação de trecho do filme *De Nonô a JK* no salão do café dos senadores, na próxima terça-feira, após a Ordem do Dia. O *trailer*, de cinco minutos, servirá para marcar o início das homenagens que culminarão com a sessão solene no dia do centenário – 12 de setembro.

Arlindo Porto informou que o filme, dirigido pelo cineasta Zelito Viana, é composto por duas fitas de 40 minutos cada uma. A comissão analisou ontem novas sugestões de eventos. O presidente



A comissão especial que prepara os atos de comemoração do centenário de JK reúne-se hoje com o presidente do Congresso, Ramez Tebet

da comissão, deputado Paulo Octávio (PFL-DF), informou que a reunião com o presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, foi transferida para hoje.

Os senadores Mauro Miranda

(PMDB-GO) e Pedro Simon (PMDB-RS) realçaram a relevância das homenagens a Juscelino Kubitschek como forma de firmar as idéias de desenvolvimento e de confiança no Brasil.

Lindberg homenageia Juscelino e trabalhadores

A quatro dias do 42º aniversário da capital do país, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) homenageou os trabalhadores e o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek pela construção de Brasília. Lindberg lembrou que participou dessa história: "Cheguei aqui em 1958, jovem e com a cabeça cheia de sonhos".

– Gostaria de homenagear todos os trabalhadores que aqui chegaram, de diversas regiões do país, para ajudar na construção da cidade. Vieram com seus sota-

ques, costumes e culturas, o que contribuiu para dar um ar de universalidade a Brasília. Esse mosaico cultural é que distingue Brasília do resto das cidades brasileiras. É uma cidade de todas as raças, que acolhe com carinho aqueles que aqui chegam – afirmou.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), em aparte, declarou que o povo goiano é muito grato a Juscelino Kubitschek, principalmente pela coragem que demonstrou ao lutar contra todas as resistências de quem vivia no litoral

e dava as costas para o interior do país. Para o senador, Juscelino é um exemplo de amor ao país e de visão do futuro para todos os políticos e para a juventude brasileira.

Em nome dos habitantes da Amazônia, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que Juscelino foi importante não apenas pela construção de Brasília, mas também por ter implantado uma política de integração nacional a partir da interiorização do desenvolvimento econômico.

Interlegis promove cursos de pós-graduação

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o programa Interlegis, o Prodasen e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) assinaram, na manhã de ontem, acordo de cooperação que tem por finalidade criar cursos de especialização e pós-graduação a distância, visando atender a demandas identificadas nos poderes legislativos em âmbitos federal, estaduais e municipais.

Participaram da solenidade o primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), o diretor do ILB, Florian Augusto Madruga, o diretor do Interlegis, Alexandre Damasceno, e o reitor da UFSC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.

A universidade terá a incumbên-



O senador Carlos Wilson assina o acordo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina

bência de elaborar um curso que atenda a essas necessidades e deverá colocar à disposição do Interlegis toda a sua estrutura e corpo acadêmico. O Interlegis e o ILB, que já dispõem de cursos técnicos a distância, se encarregam de viabilizar a implantação do curso.

Além dos cursos de pós-graduação, serão desenvolvidos programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal. O convênio também vai permitir a realização de estudos, projetos, pesquisas e prestação de serviços de apoio científico.

Porto comemora o 50º aniversário do Lions Clube

O 50º aniversário do Lions Clube no Brasil foi comemorado ontem pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG), lembrando a filosofia que norteia a entidade filantrópica: "O meio mais seguro de tornarmos agradável a nossa vida é fazermos felizes as vidas



Arlindo Porto lembrou que o Lions Clube atua em 189 países

José Cruz

nador, é responsável por 3.412 obras físicas, dentre escolas, centros comunitários e profissionalizantes, orfanatos, creches, abrigos de idosos, bibliotecas, hospitais e centros de recuperação de jovens. Além disso, o Lions participa de campanhas de utili-

dade pública, especialmente na área de saúde e de auxílio aos meninos de rua.

ENCONTRO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente do Lions Clube Internacional, Frank Moore III. Arlindo Porto lembrou que o Lions Clube é composto por 45 mil clubes em 189 países, somando 1,4 milhão de sócios. Somente no Brasil são 1.867 clubes com 45 mil sócios. A entidade, prosseguiu o se-

– O Senado está honrado com a presença de companheiros do Lions e do presidente – disse Tebet.

Mozarildo apresenta documento da maçonaria

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou a reunião, em Brasília, nos dias 13 a 16, de todos os grãomestres do Grande Oriente do Brasil, a maçonaria brasileira, para análise dos problemas nacionais e apresentação de documentos de



Mozarildo registra as recomendações dos maçons ao governo

cação e combate às drogas.

O Grande Oriente do Brasil, disse Mozarildo Cavalcanti, apresentou ao fim do encontro um documento com recomendações de combate, pelo governo, às ações de grupos que utilizem o índio como massa de ma-

recomendação ao governo. Os temas do encontro, segundo Mozarildo, foram meio ambiente, segurança, soberania nacional e defesa da Amazônia, saúde, edu-

cação e combate às drogas. O Grande Oriente do Brasil, disse Mozarildo Cavalcanti, apresentou ao fim do encontro um documento com recomendações de combate, pelo governo, às ações de grupos que utilizem o índio como massa de ma-

Diretor-geral do Senado toma posse em instituto

Eleito por unanimidade para integrar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, toma posse amanhã nessa instituição, a mais antiga do estado. No discurso de posse, Agaciel falará do papel do Senado na promoção da cultura brasileira.

O instituto foi fundado em 29 de março de 1902 e a comemora-



Agaciel integrará o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte

ção do centenário ocorrerá no mesmo dia em que Agaciel será empossado. A entidade, que reúne intelectuais, escritores, historiadores, geógrafos e pesquisadores da história do Brasil e do Rio Grande do Norte, teve como sócios efetivos o folclorista

Luís da Câmara Cascudo e os intelectuais Tavares de Lyra, Amaro Cavalcante, Almino Afonso e Murilo Melo Filho, entre outros.

Aprovada criação de quatro tribunais federais

Após longo debate, proposta de emenda à Constituição de autoria de Arlindo Porto recebeu 54 votos a favor e 7 contrários. Matéria ainda será examinada em segundo turno antes de ir à Câmara dos Deputados

O Senado aprovou em primeiro turno, ontem, proposta de emenda à Constituição (PEC) criando quatro tribunais regionais federais. Necessitando de três quintos dos votos da Casa, a proposta foi aprovada com 54 votos a favor e 7 contrários e agora será examinada em segundo turno.

Foram criados os tribunais da 6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte e jurisdição em Minas Gerais; da 8ª Região, com sede em Salvador e jurisdição na Bahia e Sergipe; e da 9ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Amapá e Roraima.

De autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG), o texto foi aprovado de acordo com emenda substitutiva que o senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao final da votação, Arlindo Porto agradeceu aos que assinaram sua proposta, ao relator, ao presidente do Senado, Ramez Tebet, ao presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), aos senadores que votaram a favor, à OAB de Minas Gerais, aos juizes federais e outras pessoas que colaboraram com informações para amparar a aprovação da PEC.

A votação foi antecedida de longa discussão em razão de Geraldo Melo (PSDB-RN) e Pedro Simon (PMDB-RS) terem apresentado requerimento pedindo seu adiamento. Contra a postergação, Osmar Dias criticou possíveis interferências

Agência de Águas terá nova diretora

O Senado aprovou por 44 votos favoráveis, 9 contrários e 2 abstenções, a indicação feita pelo presidente da República do nome de Dilma Seli Pena Pereira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga de Lauro Sérgio de Figueiredo.

Em outra votação, o Plenário



Plenário aprovou, além da PEC que cria tribunais federais, textos de acordos internacionais e indicações feitas pelo presidente da República

as do Judiciário na votação. José Alencar (PL-MG), Tião Viana (PT-AC), Bernardo Cabral, Jefferson Péres (PDT-AM), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Amir Lando (PMDB-RO), Renan Calheiros (PMDB-AL), Francelino Pereira (PFL-MG), Roberto Requião (PMDB-PR), Álvaro Dias (PDT-PR), Paulo Souto (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PR) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) também condenaram o adiamento.

Em defesa do adiamento, Melo leu dispositivos constitucionais segundo os quais compete privativamente aos tribunais superiores propor a criação de tribunais inferiores. Já Simon disse que assinou o requerimento de adiamento a pedido do ministro Costa Leite, ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça. Também se manifestaram pelo adiamento Luís Otávio (PPB-PA) e Emilia Fernandes (PT-RS). Roberto Saturnino (sem partido-RJ) alertou para o fato de que o Senado estava criando acréscimo de despesa.

aprovou por 42 votos sim, 9 votos não e 4 abstenções, a indicação do diplomata Jório Salgado Gama Filho para exercer os cargos de embaixador junto ao Reino de Lesoto e à República de Botswana, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à República da África do Sul, que já exerce.

Acordos com Panamá e Costa Rica são acolhidos

O Senado aprovou acordo assinado entre o governo brasileiro e o do Panamá sobre atividades remuneradas por parte dos dependentes do pessoal diplomático, administrativo e técnico, celebrado em Brasília em abril do ano 2000. O objetivo do ato é possibilitar que os dependentes dos agentes das missões oficiais possam receber autorização para exercer atividade remunerada.

Também foi aprovado pelo Plenário protocolo de emenda ao convênio de intercâmbio cultural entre Brasil e Costa Rica, assinado em São José em abril de 2000. O projeto estipula a necessidade do estabelecimento de modelo de cooperação educacional que facilite o mecanismo de reconhecimento e equiparação de certificados e diplomas expedidos por instituições de ensino que compõem o sistema educacional dos dois países.

A emenda também cita a importância da promoção de ações que permitam aos portadores de certificados e diplomas expedidos por instituições de ensino de um dos signatários o prosseguimento dos estudos em instituições do outro país.

TCU vai investigar contratos para varredura de telefones

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem projeto para que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigue todos os contratos entre os órgãos da administração federal e a Fence Consultoria Empresarial. Trata-se de empresa que realiza trabalhos de varredura de telefones, para detectar possíveis "grampos".

Foi aprovado um voto em separado que o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou ao relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que previa a investigação do TCU apenas no Ministério da Saúde, à época em que era ministro o senador e pré-candidato à Presidência José Serra (PSDB-SP). Jucá argumentou que investigar apenas os contratos com o Ministério da Saúde seria "executar uma vingança" contra José Serra.

O pedido de investigação foi motivado por notícias publicadas pela imprensa informando que o Ministério da Saúde contratou a Fence no ano passado por R\$ 125 mil mensais para fazer varreduras no gabinete do ministro. Até o mês de dezembro de 2000, o contrato era de R\$ 25 mil por mês. "Por que um aumento tão grande de um mês para outro?", questionou o autor do requerimento de investigação, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Para

senadores do PFL e das oposições, ao ampliar a investigação para toda a União, PSDB e PMDB querem que a auditoria não seja concluída antes das eleições de outubro.

O voto em separado de Jucá foi aprovado por oito votos, dados pelo PMDB e PSDB, contra sete do PFL e dos partidos de oposição.

A CFC aprovou ainda a convocação do ministro da Saúde, Barjas Negri, para falar em audiência pública, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, sobre a epidemia de dengue, atendendo a requerimento de Jucá. Senadores de oposição insistiram que a convocação deveria se dirigir ao ex-ministro Serra.

Foi rejeitado requerimento apresentado por Althoff de convocação do proprietário da Fence, Ênio Fontenelle. Jucá sustentou que não tem sentido convocar para depoimento o dono da Fence antes que o TCU realize sua auditoria.

Também foi recusado requerimento de informações dirigido ao ministro da Justiça para que informe se a Polícia Federal mantém contrato ou fez compras das empresas Sofremi e Cofrexpert, que trabalham com equipamentos de escuta telefônica. Althoff explicou que existem informações de que os contratos com essas empresas teriam custos extremamente elevados.



Comissão de Fiscalização e Controle aprovou investigação em todos os contratos entre órgãos da administração federal e a Fence Consultoria Empresarial

Senado discute PEC das guardas municipais

Transcorreu ontem o primeiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá às guardas municipais poderes para executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo, ao lado das atuais funções constitucionais.

Conforme a PEC, compete à União a criação, organização e manutenção da

Guarda Nacional, com a atribuição de proteger bens e instalações federais.

O primeiro signatário da proposta, senador Romeu Tuma (PFL-SP), fez apelo para que não sejam apresentadas emendas, para possibilitar o envio do texto à Câmara dos Deputados sem demora. A PEC poderá ser votada na terceira sessão de discussão.

Ramez Tebet recebe governador da Paraíba

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o governador da Paraíba, Roberto Paulino, que estava acompanhado de assessores. Segundo Paulino, o objetivo do encontro foi "visitar um antigo colega de partido". Quando era prefeito, Paulino conheceu Tebet, então deputado estadual, em reunião do extinto MDB em Joinville (SC).

CI volta a analisar cota gratuita de água

Por requerimento do senador Paulo Hartung (PSB-ES), o projeto de sua autoria que cria cota mensal mínima gratuita de água para consumo em residências unifamiliares voltará à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para reexame e aperfeiçoamento.

Segundo o projeto, o Ministério da Saúde fixará, por região, a cota

mínima mensal de água para consumo em conformidade com a média do número de componentes das famílias. O fornecimento será gratuito e imune a cortes de fornecimento.

Ao justificar o requerimento, Hartung afirmou ter recebido de várias prefeituras novas informações que poderão levar a um aprimoramento da proposta.

Construção de hidrelétrica em terra indígena tem parecer favorável da CAS

Projeto atende exigência constitucional, que condiciona o aproveitamento de recursos hídricos em áreas de índios a aprovação prévia do Congresso. Obra se encontra paralisada por decisão judicial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto de decreto legislativo de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que autoriza o aproveitamento do potencial hidrelétrico em terras indígenas na região de Ponte de Pedra, em Mato Grosso. O projeto será submetido ao Plenário.

A proposta, relatada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), condicionada a autorização a providências a serem adotadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), como medidas de proteção dos povos indígenas da área e estudo de impacto ambiental da construção da usina hidrelétrica.

A aprovação do parecer foi precedida de debate na comissão. Inicialmente, foi rejeitada proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) de adiamento da votação, em função do envio, aos integrantes da co-



Votação da matéria, que agora vai ao Plenário, foi precedida de demorado debate entre os membros da Comissão de Assuntos Sociais

missão, de correspondência do presidente substituto de Assuntos Fundiários da Funai, Reinaldo Florindo, em que este sustenta ser Ponte de Pedra um local sagrado para os índios paresis, nambikwaras e iranches. Esse argumento foi contestado pelo vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

ADEQUAÇÃO

Jonas Pinheiro, por sua vez, lem-

brou que 40% das obras da hidrelétrica no local já estão concluídos e que sua iniciativa destina-se justamente a adequar o empreendimento – cujas obras estão paralisadas por decisão da Justiça – ao que determina a Constituição. Marina Silva leu ainda dispositivo constitucional que condiciona o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas a prévia autorização do Congresso, ou-

vidas as comunidades afetadas. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) observou que, se o dirigente não falava em nome da Funai, havia um conflito de opiniões que deveria ser solucionado antes da votação da matéria.

Os senadores Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Marluce Pinto (PMDB-RR) defenderam a aprovação da proposta. O relator da matéria, Moreira Mendes, lembrou, em seu parecer, a recente crise de energia vivida no país.

Uma vez aprovada a matéria, o presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), anunciou que enviaria ao juiz responsável pela suspensão das obras da hidrelétrica as exigências contidas no projeto. Ele leu fax de Reinaldo Florindo, no qual reafirma, na condição de presidente substituto da Funai, o conteúdo do documento que enviou aos senadores.

Aprovado projeto de regulamentação da agroindústria artesanal

Projeto de lei da Câmara que regulamenta o processamento e a comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), elaborado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Conforme a proposta, os alimentos vendidos pela agroindústria artesanal deverão obedecer às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A maté-

ria ainda será examinada pelo Plenário do Senado.

Em seu parecer, Ricardo Santos recorda que a legislação federal vigente concentrou-se nos elementos tecnológicos da produção de grande porte, dificultando o desenvolvimento de atividades de pequeno porte.

A comissão aprovou ainda, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que determina à Agência Nacio-

nal de Vigilância Sanitária a elaboração e a publicação de parecer circunstanciado sobre a concessão ou não de registro de medicamentos. Em seu parecer favorável, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) afirma que o mecanismo proposto constitui “aprimoramento da vigilância sanitária”.

A pedido do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), foi retirado de pauta projeto de lei da

Câmara que prevê o atendimento de emergência em hospitais privados aos trabalhadores que sofrerem acidentes de trabalho em localidades onde não houver unidade própria ou conveniada do Sistema Único de Saúde (SUS). O presidente da comissão, senador Romeu Tuma, anunciou ainda a realização, em junho, de seminário sobre clonagem humana, atendendo a requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Santos vai propor tarifa local entre municípios interligados

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou ontem que apresentará projeto de lei estabelecendo que as ligações telefônicas intramunicipais tenham tarifas locais, medidas em pulsos. Ao mesmo tempo, ele propôs a extinção da tarifa praticada em áreas conurbadas – nas quais praticamente não há mais separação entre as cidades –, para as quais o projeto estabelecerá a garantia de cobrança

de tarifa local nas ligações intermunicipais.

No caso das ligações intramunicipais, vilas, distritos e povoados situados em até 30 quilômetros de distância da sede do município deixariam de sofrer cobrança interurbana, explicou o senador.

Segundo Ricardo Santos, as mudanças na cobrança das tarifas previstas no seu projeto beneficiam exatamente as localidades em que a população usuária

tem menor nível de renda. Mesmo admitindo que a homogeneização tarifária proposta por ele poderá resultar, no curto prazo, em redução de receita das empresas de telefonia, o senador enfatizou que o atual sistema de cobrança cristaliza uma condição entre o princípio da universalização e o real poder aquisitivo da população mais pobre. Além disso, argumentou, a cobrança de tarifas locais den-



Ricardo Santos quer maior acesso do pobre ao telefone

Roosevelt Pinheiro

tro de um município e entre municípios interligados induzirá uma maior utilização e diversificação no uso dos serviços telefônicos, como um maior tempo de acesso à Internet.

Ricardo Santos informou que, na região da Grande Vitória, no Espírito Santo, associações de bairros e os movimentos populares vêm se mobilizando para viabilizar essa medida.

Maguito critica o anúncio de aumento do IOF

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) protestou ontem contra o anúncio do ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que o governo pretende aumentar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compensar a suspensão da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “O povo já não agüenta aumento de impostos”, disse.

– Tivemos aumento de energia, de gasolina e agora vem o aumento do IOF. Nossas estradas continuam esburacadas. Este governo é incompetente e parece que não consegue planejar as coisas no país. Os brasileiros já suportam a carga tributária mais elevada do mundo – acrescentou.

Maguito Vilela conclamou os senadores e os deputados “a pensarem mais no povo e menos no governo” ao votar matérias que implicam aumentos de tarifas ou impostos.

Moreira Mendes destaca papel do Banco da Terra

Ao afirmar que a reforma agrária não é o principal objetivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que, da parte do

governo federal, existem objetivas ações em andamento para viabilizá-la. Ele elogiou sobretudo o Banco da Terra, instituição que está beneficiando o estado de Rondônia.

Moreira Mendes informou que, num dos últimos atos de Raul Jungmann antes de deixar o cargo, foi assinado um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o governo de Rondônia que fortalecerá a economia do estado, pois o convênio resultará em crédito fácil, barato e desburocratizado para o trabalhador.



Maguito Vilela: “Povo não agüenta mais imposto”

Célio Azevedo



Moreira elogiou trabalho do órgão em Rondônia

Roosevelt Pinheiro